



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

EMANOEL MOREIRA PEREIRA

**ESTRATÉGIA DA COPENE DE ATENDIMENTO AO MERCADO E SUA
RELAÇÃO COM O CÂMBIO NO PÓS-REAL**

**SALVADOR
1998**

EMANOEL MOREIRA PEREIRA

**ESTRATÉGIA DA COPENE DE ATENDIMENTO AO MERCADO E SUA
RELAÇÃO COM O CÂMBIO NO PÓS-REAL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Economia da
Universidade Federal da Bahia como
requisito parcial a obtenção do grau em
Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Gentil
Marques

**SALVADOR
1998**

AOS MEUS PAIS, AGNALDO E CELESTE,
E AOS MEUS IRMÃOS, EDUARDO, MARCELO,
GILBERTO E MÁRCIO, PESSOAS QUE SEMPRE ME
APOIARAM NESTA E EM TODAS AS ETAPAS DE MINHA VIDA

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Carlos Alberto Gentil Marques, pelas críticas construtivas e pela paciência que tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço também, aos professores da Faculdade de Economia da UFBA, em especial aos professores Antônio Plínio, Oswaldo Guerra, Paulo Brito e Luiz Filgueiras, com os quais obtive sólidos conhecimentos no meu processo de formação acadêmica.

RESUMO

Verificar se a política cambial no Pós-Real prejudica as exportações da COPENE e, conseqüentemente, influencia as suas estratégias comerciais, no sentido de privilegiar o atendimento ao mercado doméstico.

Como se pode perceber o objetivo requer um conhecimento das características da petroquímica nacional, onde fique claro qual é a relação desta indústria com o mercado internacional. É necessário saber a efetiva importância do mercado externo para as vendas do setor petroquímico e, em especial, para a COPENE. Este estudo é apresentado no Capítulo 2.

A partir deste estudo pôde ser formulada a hipótese principal defendida neste trabalho: a influência da política cambial no Pós-Real sobre as decisões comerciais da COPENE, no sentido de dar prioridade ao mercado doméstico, não é significativa frente a influência da demanda nacional por produtos petroquímicos.

No Capítulo 3 os objetivos são: apresentar os principais conceitos da economia internacional, explicando o inter-relacionamento entre eles; e provar que a política cambial do Plano Real efetivamente prejudica as exportações. A primeira seção é dedicada ao primeiro objetivo e as outras são dedicadas ao segundo objetivo.

O Capítulo 4 demonstra, baseando-se em dados, que a política cambial não interfere na decisão da COPENE, no sentido de privilegiar o atendimento ao mercado doméstico. A primeira seção mostra o cenário atual da petroquímica nacional em relação ao mercado internacional. Na seção seguinte é demonstrado o processo de formação de preços da COPENE, nos mercados interno e externo. Mostra-se que esse processo difere nos dois mercados e que isto conduz à obtenção de margens de lucro também diferentes. Ainda nesta seção, demonstra-se como a empresa reage diante de uma expansão e de uma contração da sua demanda doméstica. A última seção é dedicada à construção de índices das principais variáveis envolvidas no estudo, analisando suas evoluções e interrelações. A comparação das evoluções dos índices de taxa de câmbio real, de vendas domésticas, de vendas internacionais, e de vendas totais, principalmente, evidencia que a política cambial não tem influência no processo de direcionamento da produção da empresa para o mercado doméstico.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 - Estrutura primária do sistema Petroquisa em 1978 Brasil.....	14
TABELA 2 - As capacidades da COPENE em 1995.....	16
QUADRO 1 - Os números da COPENE.....	17
TABELA 3 - Balança comercial brasileira (em milhões de dólares).....	26
TABELA 4 - Taxa de câmbio real no Brasil - jun./94 - maio/95.....	33
TABELA 5 - Balanço de pagamentos - Transações correntes (US\$ milhões).....	37
GRÁFICO 1 - Evolução do déficit da balança comercial de produtos químicos.....	42
GRÁFICO 2 - Formação de preços dos produtos da COPENE nos mercados doméstico e internacional.....	45
TABELA 6 - Preços relativos (preços domésticos/preços internacionais) em dólares.....	48
GRÁFICO 3 - Determinação do lucro da COPENE nos mercados doméstico e internacional.....	50
TABELA 7 - Impacto do aumento de demanda pela produção nacional sobre as vendas Internas da COPENE.....	51
GRÁFICO 4 - Efeito de uma expansão da demanda doméstica por produtos da COPENE sobre seus preços e suas vendas.....	53
GRÁFICO 5 - Efeito de uma contração da demanda doméstica por produtos da COPENE sobre seus preços e suas vendas.....	55
TABELA 8 - Câmbio nominal R\$/US\$ (média semestral).....	56
TABELA 9 - Preços internos (dólares/tonelada).....	57
TABELA 10 - Preços externos (dólares/ tonelada).....	58
TABELA 11 - Vendas internas (em toneladas).....	59
TABELA 12 - Vendas externas (em toneladas).....	60
TABELA 13 - Preços internos (reais/tonelada).....	62
TABELA 14 - Índices de taxa de câmbio nominal (em R\$/US\$).....	63

GRÁFICO 6 - Evolução do índice de câmbio nominal.....	64
TABELA 15 - Produto dos preços domésticos nos vários semestres pelas quantidades domésticas no 2º semestre de 1994 ($p_{dit}Q_{di1}$).....	65
TABELA 16 - Somatório do produto dos preços domésticos nos vários períodos pelas quantidades domésticas no 2º semestre de 1994.....	66
TABELA 17 - Índices de preço interno (em R\$).....	66
GRÁFICO 7 - Evolução do índice de preço interno (em R\$).....	67
TABELA 18 - Índices de preço externo (em US\$).....	68
TABELA 19 - Índices de preço externo (em R\$).....	68
GRÁFICO 8 - Evolução do índice de preço externo (em US\$).....	69
GRÁFICO 9 - Evolução do índice de preço externo (em R\$).....	69
TABELA 20 - Índices de taxa de câmbio real.....	70
GRÁFICO 10 - Evolução do índice de câmbio real.....	71
TABELA 21 - Índices de quantum interno.....	71
GRÁFICO 11 - Evolução do índice de quantum interno.....	72
TABELA 22 - Índices de quantum externo.....	72
GRÁFICO 12 - Evolução do índice de quantum externo.....	73
TABELA 23 - Índices de quantum total.....	73
GRÁFICO 13 - Evolução do índice de quantum total.....	74
TABELA 24 - Índices de participação do quantum externo sobre o quantum total.....	74
GRÁFICO 14 - Evolução do índice de participação do quantum externo sobre o quantum total.....	75
TABELA 25 - Índices para o conjunto dos produtos da COPENE.....	75
GRÁFICO 15 - Evolução dos índices de taxa de câmbio real e de quantum externo.....	76

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO BRASIL.....	10
3	A POLÍTICA CAMBIAL BRASILEIRA NO PÓS-REAL.....	21
3.1	POLÍTICA CAMBIAL COMO BASE DO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO.....	21
3.2	ANÁLISE DA VALORIZAÇÃO CAMBIAL.....	31
3.3	IMPACTO DA VALORIZAÇÃO CAMBIAL SOBRE AS EXPORTAÇÕES.....	34
4	O CÂMBIO E A PETROQUÍMICA BAIANA NO PÓS-REAL.....	40
4.1	PETROQUÍMICA NACIONAL E O MERCADO INTERNACIONAL DE PETROQUÍMICOS.....	40
4.2	A COPENE E SEUS MERCADOS.....	43
4.3	A TAXA DE CÂMBIO REAL E AS VENDAS DA COPENE.....	56
5	CONCLUSÃO.....	79
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

Atualmente há uma situação de relativa tranquilidade no tocante a inflação brasileira, devido ao Plano Real. Contudo, ao mesmo tempo em que o plano tem sido eficaz no controle da inflação, também tem gerado déficits na Balança Comercial.

A política cambial adotada no Plano Real é causa direta dos problemas da Balança Comercial, onde as exportações estão sendo prejudicadas. Tal fato vem sendo amplamente discutido em todos os meios de comunicação e, principalmente, em jornais e revistas especializados em economia, demonstrando a importância do assunto.

Diante desse quadro, surge a curiosidade de saber qual a real consequência de tal política cambial sobre uma empresa que mantenha relações comerciais com o exterior.

Para tanto, foi preciso escolher um setor econômico que tivesse grande importância na indústria nacional e que dispusesse de muitas informações. Escolheu-se, então, a indústria petroquímica. O próximo passo foi decidir a empresa alvo da investigação, sendo que esta deveria ser representativa no setor. A escolha recaiu sobre a COPENE. Ela é uma das maiores empresas da indústria petroquímica brasileira e é tida como o coração do pólo petroquímico baiano. No Estado da Bahia, inclusive, a petroquímica é o carro chefe da economia.

Assim, pode ser definido o objetivo básico do estudo: verificar se a política cambial no Pós-Real prejudica as exportações da COPENE e, conseqüentemente, influencia as suas estratégias comerciais, no sentido de privilegiar o atendimento ao mercado doméstico.

Como se pode perceber o objetivo requer um conhecimento das características da petroquímica nacional, onde fique claro qual é a relação desta indústria com o mercado internacional. É necessário saber a efetiva importância do mercado externo para as vendas do setor petroquímico e, em especial, para a COPENE. Este estudo é apresentado no Capítulo 2.

A partir deste estudo pôde ser formulada a hipótese principal defendida neste trabalho: a influência da política cambial no Pós-Real sobre as decisões comerciais da COPENE, no sentido de dar prioridade ao mercado doméstico, não é significativa frente a influência da demanda nacional por produtos petroquímicos.

No Capítulo 3 os objetivos são: apresentar os principais conceitos da economia internacional, explicando o inter-relacionamento entre eles; e provar que a política cambial do Plano Real efetivamente prejudica as exportações. A primeira seção é dedicada ao primeiro objetivo e as outras são dedicadas ao segundo objetivo.

O Capítulo 4 demonstra, baseando-se em dados, que a política cambial não interfere na decisão da COPENE, no sentido de privilegiar o atendimento ao mercado doméstico. A primeira seção mostra o cenário atual da petroquímica nacional em relação ao mercado internacional. Na seção seguinte é demonstrado o processo de formação de preços da COPENE, nos mercados interno e externo. Mostra-se que esse processo difere nos dois mercados e que isto conduz à obtenção de margens de lucro também diferentes. Ainda nesta seção, demonstra-se como a empresa reage diante de uma expansão e de uma contração da sua demanda doméstica. A última seção é dedicada à construção de índices das principais variáveis envolvidas no estudo, analisando suas evoluções e inter-relações. A comparação das evoluções dos índices de taxa de câmbio real, de vendas domésticas, de vendas internacionais, e de vendas totais, principalmente, evidencia que a política cambial não tem influência no processo de direcionamento da produção da empresa para o mercado doméstico.

O estudo é finalizado com o Capítulo 5, onde se faz comentários conclusivos acerca do objetivo básico da dissertação, aceitando a hipótese levantada.

2 CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO BRASIL

A indústria petroquímica encarrega-se de transformar as matérias-primas (gás natural, nafta, gasóleo) em vários outros produtos, através de sucessivas reações químicas. Essas reações, que se passam sob altas temperaturas e pressões, dão origem aos produtos de primeira geração (básicos), de segunda geração (intermediários), e aos de terceira geração (finais).

Os produtos básicos são: oleofinas (eteno, propeno, buteno etc) e aromáticos (benzeno, tolueno, amônia, xilenos etc); quanto aos intermediários, cita-se: óxido de eteno, óxido de propeno, estireno, monovinilcloro (MVC), ácido nítrico etc; finalmente, entre os produtos finais, cita-se: polietileno, polivinilcloro (PVC), polipropileno, poliéster, sulfato de amônia, uréia, nylon etc.

A maior parte dos produtos finais são obtidos dos intermediários, porém, em alguns casos, podendo ser obtidos diretamente dos básicos. Utiliza-se os produtos de terceira geração em indústrias de bens de consumo intermediário e final. Entre elas, cita-se: as indústrias de fertilizantes, pneus, embalagens, na indústria têxtil, na construção civil etc.

Entre as três possíveis matérias-primas a se utilizar no processo petroquímico, a escolha de uma ou de outra depende de inúmeras variáveis. Um exemplo é dado por Candal (apud. GUERRA, 1994, p.44):

“O eteno pode ser obtido pelo craqueamento do gás natural, da nafta, ou do gasóleo. No caso do gás natural, o investimento por tonelada é bem menor e o eteno é o único produto. No caso da nafta e do gasóleo, o investimento por tonelada é muito maior, mas à sua receita devem ser creditados os faturamentos de propeno, butadieno e de outros produtos associados”

GUERRA (1994, p.44) comenta que a opção americana pelo gás natural, aparentemente, deve-se às suas abundantes reservas e ao vigoroso e precoce crescimento da indústria automobilística que, gerando alto consumo de combustível, torna a nafta uma fração do petróleo a ser transformada em gasolina.

Segundo Suarez (apud. GUERRA, 1994, p.48), a indústria petroquímica é composta de três grandes áreas tecnológicas:

- 1) tecnologia central, subdividindo-se em engenharia de processo e básica;
- 2) tecnologia periférica, dividida em engenharia de detalhe e montagem;
- 3) tecnologia operacional, composta de engenharia de planta, produto e aplicação.

Na engenharia de processo são determinadas as reações químicas presentes na produção e os procedimentos a serem adotados. Para isso, são feitos testes e pesquisas, geralmente em plantas-piloto. As plantas-piloto são pequenas unidades produtoras que dispõem de todos os elementos constituintes do processo. Elas reduzem o risco de erros e, conseqüentemente, as perdas financeiras. Contudo, devido ao seu alto custo, nem todas as empresas utilizam essas plantas. Algumas valem-se de simulações em computador, menos confiáveis, porém, muito mais baratas.

A escolha dos equipamentos, a instrumentação e o controle do processo são realizados pela engenharia básica, de acordo com as determinações da engenharia de processo.

Na tecnologia periférica é realizada a montagem propriamente dita do projeto por empresas prestadoras de serviços.

Dentro da tecnologia operacional, a engenharia de planta fica encarregada de iniciar as operações e acompanhá-las, com o intuito de reduzir custos e aumentar a produtividade, num ciclo de aprendizado e correções contínuo. Já as engenharias de produto e aplicação encarregam-se de pesquisar novos produtos e desenvolver novos usos para os produtos recém criados, respectivamente.

Os processos petroquímicos envolvem substâncias nocivas ao homem e são desenvolvidos em ambientes com altas pressões e temperaturas. Nesse caso, é necessário um controle mais próximo quanto possível da perfeição para evitar acidentes, expondo ao mínimo o trabalhador no processo produtivo. Assim, a automação é grande nessa

indústria, gerando elevada relação capital/trabalho, responsável pela baixa capacidade do setor petroquímico em gerar empregos.

Características marcantes da indústria petroquímica são a grande intensidade de capital, a necessidade de grandes investimentos e a busca de economias de escala, principalmente na produção de petroquímicos de primeira geração. No caso dos produtos de terceira geração e da maior parte dos de segunda, as grandes somas de inversões em capital fixo e a procura por economias de escala estão menos presentes. A necessidade de grandes investimentos cria uma barreira de entrada na petroquímica, levando a uma tendência à concentração de capital, a fim de se conseguir maior competitividade internacional.

Em geral, as unidades produtoras de petroquímicos de primeira geração são muito grandes, devido à necessidade de gerar economias de escala, a fim de reduzir os custos unitários. Com a produção em grande escala, o mercado, em especial para os produtos básicos, constitui-se um problema, tornando o setor petroquímico intrinsecamente instável. Isso é verificado em épocas de redução do mercado consumidor, como ocorreu no Brasil na década de 80, quando uma grande recessão contraiu as vendas ao mercado nacional.

A indústria petroquímica nacional foi projetada para atender ao mercado interno, sendo, portanto, a exportação apenas de excedentes uma característica da mesma. No Brasil, essa indústria ganha atenção especial a partir de 1964, quando é criado o “Conselho de Desenvolvimento Industrial” (CDI). Esse conselho era composto de organizações menores, cada uma responsável pela política industrial de um setor. No caso da Química, que envolve a petroquímica, essa organização chamava-se GEIQUIM, e tinha poderes para aprovar financiamentos para novos investimentos.

Em 1968 é criada a PETROQUISA, empresa subsidiária da PETROBRÁS, para agir como uma espécie de coordenadora do setor no Brasil. A intenção inicial do Estado era

que a iniciativa privada ficasse a frente do desenvolvimento da indústria petroquímica. No entanto, o capital nacional não se encontrava em condições financeiras para realizar os grandes investimentos requeridos e o investidor estrangeiro estava temeroso, devido à falta de clareza quanto aos limites do monopólio na área do petróleo para a PETROBRÁS (GUERRA, 1994, p.139). Assim, o Estado passou a investir no setor, através da PETROQUISA, assumindo, em várias oportunidades, o capital de risco.

Na década de 60 é iniciada a implantação do pólo petroquímico de São Paulo, o primeiro do Brasil, que começa a operar em 1972. Em 1974 a PETROQUISA passa a controlar a central de matérias-primas do pólo paulista, após o Estado ter decidido instalar o segundo pólo petroquímico brasileiro na Bahia, sob a coordenação da Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), criada em 1972. A COPENE seria responsável pela produção de petroquímicos de primeira geração e teria 52% do seu controle acionário pertencente a PETROQUISA.

Segundo GUERRA (1994, p.142), o pólo da Bahia beneficiou-se muito dos recursos do BNDE, SUDENE e PETROQUISA, que financiaram grande parte dos projetos, numa clara perspectiva de desenvolvimento regional. Além disso, ainda segundo o autor, contou com redução de 60% do ICM, por parte do governo da Bahia, a fins de expansão, aumento de produtividade, pesquisa, entre outros.

Em 1975 o Rio Grande do Sul é escolhido para ser sede do terceiro pólo petroquímico brasileiro, devido à constatação de possíveis déficits para o mercado interno e à fortes pressões políticas que impuseram a construção de um novo pólo ao invés de ampliar os já existentes, de acordo com GUERRA (1994, p.143). Essa constatação, ainda segundo o autor, foi feita por Motta Ribeiro e Silva Filho, em um trabalho para o IPEA sobre as perspectivas da petroquímica no Brasil, em 1974.

O pólo do sul entra em fase de implantação com a criação da COPESUL, em 1976, começando a operar em 1982. A COPESUL, assim como a COPENE, produziria

petroquímicos básicos e seria controlada pela PETROQUISA. É o que mostra a TABELA 1 (GUERRA, 1994, p.152).

TABELA 1

**ESTRUTURA PRIMÁRIA DO SISTEMA PETROQUISA EM 1978
BRASIL**

EMPRESA E LOCALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DA PETROQUISA (em %)
<u>SÃO PAULO</u>	
1)PETROQUÍMICA (Central de Mat. Primas)	67,79
2)CBE	23,04
3)OXITENO	20,83
4)POLIBRASIL	47,90
5)POLIOLEFINAS	28,07
<u>BAHIA</u>	
6)COPENE (Central de Mat. Primas)	52,59
7)ACRINOR	35,00
8)CQR	70,50
9)CIQUINE	33,33
10) CPC	33,33
11)EDN	33,33
12)SOCIANATOS	40,00
13)METANOR	33,24
14)NITROCARBONO	26,50
15) POLIALDEN	33,33
16)POLIPROPILENO	28,07
17)POLITENO	30,00
18)PRONOR	33,01
19)DETEN	35,62
<u>RIO GRANDE DO SUL</u>	
20)COPEL (Central de Mat. Primas)	51,00
21)PETROQUÍMICATRIUNFO	24,00
22)POLISUL	20,00
23)POLIVINIL	33,33
24)PPH	20,00
<u>OUTROS ESTADOS</u>	
25)COPERBO (PE)	77,57
26)NITROFLEX (RJ)	70,00
27)PETROFLEX (RJ)	100,00
28)SALGEMA (AL)	44,02

FONTE: SUAREZ (1986) E PETROQUISA (informações diretas)

Em 1987 é aprovado pelo Presidente da República o Programa Nacional da Petroquímica (PNP). Esse programa incentivava a concentração empresarial no setor e a criação de empresas petroquímicas de porte internacional aglutinadas em linhas de produção afins (PIMENTA, 1993, p.59). Também recomendava a duplicação do pólo baiano e a construção do quarto pólo petroquímico do Brasil no Estado do Rio de Janeiro, que usaria o gás natural como matéria-prima básica (GUERRA, 1994, p.258).

A crise do petróleo, que encareceu a nafta, e a descoberta de reservas de gás natural na Bacia de Campos, segundo GUERRA (1994, p.253), foram os principais motivos que levaram um pólo baseado em gás natural a parecer mais viável e competitivo que um baseado em nafta. O autor ainda afirma que na época existia o temor de um déficit no abastecimento de nafta nacional à petroquímica, previsto em um relatório do grupo UNIPAR, de 1986.

O governo da época comprometeu-se a participar dos investimentos no pólo do Rio, através de recursos do BNDES.

A partir de 1990, com a mudança do governo, o avanço do discurso privatizador, e o agravamento da debilidade financeira do Estado, os recursos ficam escassos, retardando a implantação do pólo no Rio (GUERRA, 1994, p.259).

Em contrapartida, a duplicação do pólo baiano segue em frente.

A COPENE, que hoje produz cerca de 47% da oferta nacional de matérias-primas básicas¹, duplicou a sua capacidade de produção em 1992, mas continua a desenvolver projetos de ampliação. Atualmente, desenvolve dois projetos com financiamento do BNDES (VALVERDE, 1996, p.27). Um pretende aumentar a capacidade de produção de eteno de 1,1 para 1,2 milhão de toneladas por ano, com um custo entre US\$ 35

milhões e US\$ 45 milhões. O outro pretende aumentar a produção de para-xileno de 100 mil para 230 mil toneladas por ano, ao custo estimado de US\$ 80 milhões, devido ao aumento na demanda por causa da mania de embalar refrigerantes em garrafas PET. A TABELA 2 mostra as capacidades da COPENE em 1995 (VALVERDE, 1996, p.27).

TABELA 2

AS CAPACIDADES DA COPENE EM 1995

PRODUTOS	CAPACIDADES (MIL T/ANO)
ETENO	1.116,0
PROPENO	526,0
BUTADIENO	189,0
BENZENO	455,0
TOLUENO	40,0
ORTO-XILENO	73,0
PARA-XILENO	143,0
XILENOS MISTOS	50,0
C9 DESIDROGENADO	64,0
BUTADIENO-1	31,3
MTBE	163,0
ISOPRENO	15,3

FONTES: COPENE

A central de matérias-primas do pólo baiano passou a ser controlada integralmente pela NORQUISA em agosto de 1995, quando esta elevou de 47,59% para 55% sua participação no capital votante da COPENE (BRANDÃO, 1995, p.36). Atualmente, a NORQUISA detém 58,34% de participação acionária na central, como mostra o QUADRO 1 (QUADROS, 1997, p.c-1).

¹ Informação direta da COPENE

QUADRO 1

OS NÚMEROS DA COPENE

PRODUÇÃO - 2.529,9*
FATURAMENTO - 1.341,1**
PRODUTOS - ETENO, PROPENO, BUTADIENO, BENZENO, TOLUENO, ORTO-XILENO, PARA-XILENO, XILENOS MISTOS, SOLVENTE C9, MTBE, C9 DIHIDROGENADO, HIDROGÊNIO E METANO
Nº DE EMPREGADOS - 999
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA: NORQUISA- 58,34% FUNDOS DE PENSÃO- 17,93% PETROQUÍMICA- 15,40% OUTROS- 8,33%

FONTE: COPENE. * EM 1996, EM MIL TONELADAS

** EM 1996, EM MILHÕES DE REAIS

Com um patrimônio líquido que é somente inferior ao da PETROBRÁS no setor petroquímico (FIM, 1994, p.273), a central baiana deverá, em parceria com a mesma PETROBRÁS, refinar petróleo para obter nafta e óleo combustível, a partir do segundo semestre de 1999, com um investimento na nova refinaria entre US\$ 700 milhões e US\$ 800 milhões, segundo QUADROS (1997, p.c-1). Tendo o consumo estimado para 1997 de 3,5 milhões de toneladas de nafta, a COPENE, em avaliação da própria empresa, ainda segundo a autora, não apresenta boas perspectivas de crescimento. Isso deve-se à atual situação, onde cerca de 60% da nafta consumida vem de outros estados e do exterior. Com a refinaria a central baiana ficaria auto-suficiente em nafta e óleo combustível, podendo aumentar de 1,2 milhão de toneladas/ano para 1,8 milhão de toneladas/ano a oferta de etileno, em seis anos.

O problema da nafta não se restringe somente à COPENE, nem se trata apenas de insuficiência de oferta. As centrais petroquímicas brasileiras usam, quase que

exclusivamente, a nafta como matéria-prima. Com a política de preço para a nafta , a partir do governo Collor, visando nivelar esses preços com os internacionais, a competitividade internacional do setor fica comprometida.

A PETROBRÁS, como única fornecedora de nafta para a petroquímica nacional, fixava os preços dessa matéria-prima abaixo do nível internacional. No governo Collor esse “subsídio” à petroquímica é combatido. Prova disso é dada por Oliveira (apud. GUERRA, 1993, p.11), ao comentar que em dezembro de 1989 a nafta brasileira era, por tonelada, 63 dólares mais barata que a americana e 83 dólares mais barata que a européia, mas que em julho de 1990 essa diferença cai para 42 dólares e 51 dólares, respectivamente.

A petroquímica brasileira é caracterizada por uma pequena integração industrial e pela existência de pequenas empresas fabricantes de apenas um produto. Isso implica na inexistência de grandes economias de escala, encarecendo os produtos nacionais frente aos internacionais.

Todo o processo de privatização do setor petroquímico, iniciado no governo Collor, não parece voltado para o problema da falta de escala na produção. Não se procura, nesse processo, em dar maior concentração, em termos de capital e de porte, às empresas do setor. Desta forma, as privatizações em nada melhoram as condições de competitividade na petroquímica brasileira, pois não existe um pré-incentivo a fusões e incorporações.

Com o rápido processo de abertura comercial ocorrido recentemente no Brasil, com a globalização da economia e as privatizações as empresas petroquímicas tomaram várias medidas de ajuste, estando entre elas a redução de, aproximadamente, 40% da mão-de-obra, no período de 1990 até meados de 1995, segundo o diretor executivo da ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados), Guilherme Duque Estrada (A COMPLEMENTAÇÃO, 1995, p.22). Ele também

comenta que mesmo continuando o mercado nacional a ser prioridade para a petroquímica brasileira, o mercado externo já merece atenção especial, devido à globalização da economia. A esse respeito Pedro Paulo Da Poian, diretor da PETROFLEX/COPERBO, comenta (CRESCENDO, 1995, p.18):

“A globalização da economia é uma realidade evidente: um percentual do mercado vai ser sempre atendido por importações e teremos que, permanentemente, estar presentes no mercado internacional. Os preços do mercado interno estão, definitivamente, atrelados aos do mercado externo. Para que as empresas brasileiras sobrevivam, precisamos de escala, atualização tecnológica e diminuição do Custo Brasil”

A afirmação de que as empresas petroquímicas do Brasil precisam de maior escala, feita por Da Poian, confirma o que já foi dito aqui sobre a necessidade de fusões e incorporações no setor.

O diretor da PETROFLEX/COPERBO fala também em necessidade de atualização tecnológica. Neste tocante pode-se afirmar que a petroquímica nacional tem investido muito na modernização das instalações. O investimento em modernização tecnológica veio crescendo até atingir um pico em 1996, com um valor aproximado de US\$ 925 milhões, bem superior aos US\$ 500 milhões investidos em 1995 (AUTOMAÇÃO, 1996, p.28). Terminada essa fase de modernização, é prevista a redução desses investimentos, que ficariam restritos a construção e ampliação de unidades, lançamento de novos produtos etc.

Esse montante de investimentos transformou as plantas industriais dos setores químico e petroquímico. Na comparação de 1994 com 1992 a participação das malhas pneumáticas nas plantas foi reduzida em 13,8%, a participação das malhas eletrônicas em 5,8%, enquanto que a participação das malhas digitais, mais modernas e eficientes, cresceu 19,6% (AUTOMAÇÃO, 1996, p.28).

Apesar de todo o processo de privatização na petroquímica nacional, a PETROBRÁS está voltando a investir na transformação de suas matérias-primas.

A PETROBRÁS, em associação com a OPP (do grupo ODEBRECHT), criou a Companhia Petroquímica Paulista (CPP) no dia 10 de setembro de 1997. Essa empresa

será a primeira a fazer parte do mais novo pólo petroquímico brasileiro, a ser implantado em Paulínia, ao lado da REPLAM (maior refinaria da PETROBRÁS). Ela terá 70% de seu capital pertencente à OPP e os 30% restantes pertencendo à estatal (RAPOSO, 1997, p.c-3).

A previsão inicial do projeto da CPP prevê um investimento de US\$ 200 milhões, começando a ser posto em prática no final de 1997. O objetivo é produzir até 250 mil toneladas anuais de polipropileno, segundo Alexandrino Alencar, executivo da OPP (RAPOSO, 1997, p.c-3).

3 A POLÍTICA CAMBIAL BRASILEIRA NO PÓS-REAL

3.1 POLÍTICA CAMBIAL COMO BASE DO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO

Uma política cambial refere-se à forma de administração da taxa de câmbio adotada por um país, determinando se esta será fixa ou flutuante, como serão realizadas as intervenções no mercado cambial, caso ocorram, etc.

A condução de qualquer política cambial tem objetivos a serem alcançados. Esses objetivos podem ser de ordem externa (equilíbrio do balanço de pagamentos, acúmulo de superávits comerciais para amortização e pagamento de juros de dívida externa, etc) ou de ordem interna (controle inflacionário, aumento no nível de atividade interna, financiamento da modernização do parque industrial, etc).

Para um melhor entendimento do papel da política cambial dentro do Plano Real faz-se necessário o esclarecimento de expressões como: Balanço de Pagamentos, taxas de câmbio, regime cambial, reservas, valorização e desvalorização.

O Balanço de Pagamentos de um país refere-se a contabilização de todos os recebimentos e pagamentos feitos pelos residentes do país aos residentes de outros países. Assim é que a venda ou a compra de mercadorias, bem como de serviços, são contabilizadas como crédito (exportação) e débito (importação) respectivamente. Viagens internacionais, transportes, seguros, patentes, direitos autorais, etc são contabilizados como exportação de serviços se forem vendidos ou como importação de serviços se forem comprados por residentes.

Divide-se o balanço de pagamentos em duas grandes contas: a conta “Transações Correntes” e a conta “Movimento de Capitais”.

A conta Movimento de Capitais registra a entrada e a saída de capitais de curto e longo prazo. Os capitais de curto prazo são os investimentos financeiros, as compras de ações e de títulos de curto prazo. São geralmente chamados de “capitais especulativos”. Os capitais de longo prazo incluem os investimentos diretos (compra de máquinas e equipamentos), a compra de terras, entre outros. Além disso, os empréstimos e as amortizações de dívidas também incluem-se nessa conta.

A conta Transações Correntes registra o comércio de bens e serviços, além dos pagamentos de transferências (doações feitas por indivíduos ou governo a estrangeiros e as doações deles recebidas). As transações correntes dividem-se em: Balança Comercial (registro do comércio de bens), Balança de Serviços e as Transferências.

Em suma, toda transação do balanço de pagamentos que represente um pagamento de um residente é considerada deficitária, ao mesmo tempo, todo recebimento por parte de um residente é uma transação superavitária para o balanço de pagamentos do país. Para que haja um superávit no balanço de pagamentos é necessário que a soma das contas corrente e de capital seja superavitária. Caso uma conta esteja em superávit e a outra em déficit pelo mesmo valor absoluto, tem-se um balanço de pagamentos com valor zero (DORNBUSCH, 1991, p.204).

Quando se realiza o comércio internacional de mercadorias é necessário a existência de um parâmetro para a troca de diferentes moedas. Esse parâmetro é a taxa de câmbio, que determina o valor de uma moeda em termos de outra. Isso acontece porque os residentes de um país, quando de suas vendas (exportações), desejam receber o pagamento em moeda nacional. Assim, toda importação será paga na moeda do país exportador². Geralmente, no Brasil, faz-se a relação moeda nacional-moeda estrangeira com o Dólar, por ser essa a moeda de maior circulação internacional.

A taxa de câmbio, quando representa uma simples relação entre moedas nacionais de dois países, é chamada de taxa de câmbio nominal bilateral. Por exemplo: Real/Dólar,

Real/Marco Alemão, Real/Franco, Franco/Dólar, etc. Assim, se a taxa no Brasil fosse R\$ 0,90 por US\$ 1,00, em dado momento, significaria que cada Dólar vale R\$ 0,90. Vê-se

que, em se tratando de taxa nominal, quanto mais baixo seu patamar mais valorizada será a moeda nacional em relação a estrangeira. Daí percebe-se que os conceitos de valorização e desvalorização de uma moeda referem-se ao movimento para baixo ou para cima, respectivamente, da taxa de câmbio nominal.

Quando a relação é feita entre uma moeda nacional e uma cesta de outras moedas trata-se da taxa de câmbio nominal multilateral ou efetiva. Nesse caso pondera-se cada moeda pelo volume de comércio que seu país de origem mantém com o país em questão. Assim, na taxa de câmbio nominal efetiva do Real, o Dólar americano recebe grande importância, visto que é grande o volume de comércio entre o Brasil e os Estados Unidos.

Existe também o conceito de taxa de câmbio real, que mede a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional. A taxa de câmbio real entre Brasil e Estados Unidos pode ser expressa através da seguinte fórmula: $R = p^*e/p_d$; onde: R = taxa de câmbio real, e = taxa de câmbio nominal do Real em relação ao Dólar, p^* = nível geral de preços nos Estados Unidos, p_d = nível de preços internos.

Aumentando-se a taxa de câmbio nominal (e), ou seja, desvalorizando a moeda nacional, consegue-se ganhar competitividade, já que os produtos internos ficam mais baratos em relação aos externos, facilitando as exportações e dificultando as importações. Outra forma de aumentar a taxa de câmbio real, e portanto a competitividade, é baixando os preços internos, principalmente através do ganho de produtividade. Essa última é a forma mais indicada para aumento de competitividade, visto que as desvalorizações costumam causar instabilidade econômica e pressões inflacionárias.

² Entretanto, a maior parte dos pagamentos no comércio internacional é feito em Dólar.

Existem dois tipos de regime cambial: o regime de taxas de câmbio fixas e o regime de taxas de câmbio flutuantes. Sendo que por regime cambial entende-se um sistema determinado pelos governos onde os indivíduos, bancos e empresas compram e vendem divisas internacionais com regras, determinações e características específicas.

Quando alguém refere-se ao encarecimento de uma moeda nacional frente a uma moeda estrangeira ou a uma cesta de moedas pode-se utilizar as expressões valorização ou apreciação. O termo apreciação é empregado quando a moeda doméstica torna-se cara perante outra ou outras moedas estrangeiras em um regime cambial flutuante. Já o termo valorização é usado quando trata-se de um regime cambial fixo. Neste último caso a valorização é realizada pelos bancos centrais, através de intervenções no mercado cambial. As expressões depreciação e desvalorização representam, respectivamente, o oposto de apreciação e valorização.

No mercado cambial existem os demandantes e os ofertantes de várias moedas. No Brasil, por exemplo, os demandantes de dólares são os importadores de mercadorias, empresas que desejam remeter lucros para a matriz fora do Brasil, turistas que vão aos Estados Unidos etc. Como exemplo de ofertantes de dólares têm-se os turistas americanos no país, os investidores estrangeiros no país, os exportadores brasileiros etc. É de se observar, no entanto, que os demandantes de dólares são ao mesmo tempo ofertantes de reais, assim como os ofertantes de dólares são também demandantes de reais.

Em um regime de cambio fixo os bancos centrais determinam as taxas de câmbio, impondo que todas as operações cambiais se realizem às taxas estabelecidas. Isso é feito através da intervenção do B.C. no mercado, fornecendo divisas internacionais quando a demanda por elas aumenta e comprando-as quando a oferta cresce, a um preço constante, equilibrando demanda e oferta em níveis compatíveis com a taxa desejada.

O objetivo principal da intervenção no mercado cambial é assegurar equilíbrio ao balanço de pagamentos. No caso de uma fixação ou administração do câmbio têm-se

como outros objetivos: o controle inflacionário e a manutenção de um ambiente econômico estável que favoreça os investimentos externos.

No regime de câmbio flutuante não há intervenção e, por isso, a taxa de câmbio varia (apreciando ou depreciando) de acordo com os movimentos da demanda e da oferta.

No caso do câmbio flutuante o balanço de pagamentos não apresenta déficit ou superávit, já que o movimento do câmbio compensa possíveis déficits ou superávits através de modificações na competitividade dos produtos nacionais, facilitando ou dificultando as exportações e as importações.

Quando o câmbio é fixo, qualquer déficit do balanço de pagamentos tem que ser financiado pelo Banco Central (redução de reservas de divisas). Os superávits, porém, aumentam as reservas do BC. Ou seja, excesso de demanda por moedas estrangeiras significa diminuição de reservas, enquanto que excesso de oferta indica aumento de reservas.

Nos anos 70, devido ao fenômeno do petrodólar, a liquidez internacional era grande, gerando facilidades para empréstimos. O Brasil diante desse quadro passou a importar em excesso, principalmente bens de capital, a fim de sustentar um grande crescimento econômico, financiando o mesmo com empréstimos internacionais.

A liquidez internacional é reduzida nos anos 80, em grande medida devido ao aumento das taxas de juro americanas, atraindo grande escala de capitais especulativos para aquele país. A partir desse momento, não podendo o Brasil cobrir os déficits em conta corrente com novos empréstimos, inicia-se um enorme esforço no intuito de gerar superávits na balança comercial. Esses superávits seriam utilizados para pagar os juros da dívida e tentar amortizá-la. Recorreu-se à desvalorizações e a redução da atividade econômica (recessão), aos subsídios às exportações e a tarifas às importações. A desvalorização daria maior competitividade aos produtos nacionais no exterior e menor competitividade aos produtos importados no mercado doméstico, e a recessão diminuiria as importações, gerando excedente exportável.

A partir de 1981 a balança comercial brasileira passa a ser superavitária, como mostra a TABELA 3.

TABELA 3

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (em milhões de dólares)

Anos	Déficit ou superávit
1980	-US\$ 2823
1981	+US\$ 1213
1982	+US\$ 780
1983	+US\$ 6470
1984	+US\$ 13062
1985	+US\$ 12500
1986	+US\$ 8300
1987	+US\$ 11172
1988	+US\$ 19181
1989	+US\$ 16100
1990	+US\$ 11052
1991	+US\$ 10604
1992	+ US\$ 15525
1993	+US\$ 13072

FONTE: BANCO CENTRAL

A estratégia de desvalorizar levou também a pressões inflacionárias que, aliada a necessidade de emitir mais moeda nacional devido à grande entrada de divisas internacionais via comércio, tornou imperativo a emissão de títulos públicos para enxugar a excessiva liquidez da economia, aumentando a dívida interna pública.

As reservas oficiais, no conceito liquidez internacional, segundo relatórios do B.C., situavam-se em US\$ 7.507 milhões no final de 1981, caem a US\$ 3.994 milhões no ano seguinte, chegam a US\$ 10.482 milhões em dezembro de 1985 (pico da década de 80) e finalizam 1989 em US\$ 9.679 milhões. Em dezembro de 1992 essas reservas estavam em US\$ 23.754 milhões, passando a US\$ 32.211 milhões em 1993, e chegando a US\$ 51.800 milhões no fim de 1995.

O Plano Real, que visa quase exclusivamente o controle inflacionário, beneficiou-se do enorme acúmulo de reservas, principalmente a partir de 1992, sendo que no início de sua vigência estas reservas estavam em cerca de US\$ 40 bilhões. Destacam-se três fases no contexto de implantação do plano: ajuste fiscal, URV (fevereiro 94), nova moeda “Real” (julho 94).

O ajuste fiscal, que significa uma tentativa de equilibrar as contas do setor público, pretendia (ou pretende) acabar com a desorganização do Estado, controlando os gastos públicos através do Plano de Ação Imediata (PAI) e aumentando a receita com a criação do Fundo Social de Emergência (FSE). As despesas excessivas geram a necessidade de emissões de moeda para cobrir o déficit, aumentando a base monetária e, conseqüentemente, o processo inflacionário. Essa fase buscava acabar com a componente não inercial da inflação. Ou seja, se a componente inercial é a que dá movimento próprio, independente de novos impulsos, à inflação, a componente não inercial é causa direta.

Com a URV amarra-se a sua variação em função da variação dos índices de preço que também eram base para a variação do Dólar, preparando o caminho para a criação da âncora cambial. O objetivo da URV era acabar com a inflação inercial e evitar o desalinhamento de preços na transição para a nova moeda.

Em julho de 1994 cria-se o Real, pondo fim a URV. Três instrumentos surgem, então, para dar apoio à nova moeda: as âncoras tarifária, monetária e cambial. A âncora tarifária significa manter constante os preços das tarifas públicas para conter a inflação. A âncora monetária indica a decisão de não emitir mais moeda nacional além de um certo limite estabelecido, visto que excesso de meios de pagamento leva a pressões inflacionárias por meio de aumento de demanda agregada (inflação de demanda). Já a âncora cambial significa administrar a taxa de câmbio nominal, fixando-a ou permitindo sua apreciação, para reduzir o processo inflacionário. Têm-se, no entanto, na âncora cambial, o principal sustento do plano.

A fixação cambial evita que o poder de compra da moeda nacional seja reduzido no mercado internacional, já que agora não se permite a depreciação cambial. No caso da apreciação cambial têm-se uma melhora no poder de compra da moeda nacional. Isso faz com que os preços dos produtos estrangeiros tornem-se relativamente mais baratos. Entre esses produtos, uma grande quantidade serve de matéria-prima para a produção nacional. São as “commodities”. Portanto, se o custo com a matéria-prima importada

reduz-se, o preço final da mercadoria também pode ser reduzido. Essa visão baseia-se na teoria do Mark-up, segundo a qual cada firma fixa uma margem de lucro constante sobre os custos de produção. Sendo o preço final composto pelos custos e pelo lucro do capitalista, uma queda nos custos possibilita a redução dos preços, supondo a margem de lucro constante. No entanto, o uso da âncora cambial com o intuito de reduzir a inflação, seguindo o pensamento anteriormente exposto, só terá êxito em um cenário de abertura comercial. Além disso, abrindo-se o país ao comércio internacional, como ocorreu com o Brasil a partir do governo Collor, têm-se a possibilidade de que a competição com os bens estrangeiros, agora facilmente importados, force a queda dos preços dos produtos nacionais.

Assim, a âncora cambial para conter a inflação doméstica através da redução dos custos com matéria-prima importada, necessita de abertura comercial, que, por sua vez, pressiona os preços internos para baixo via concorrência internacional.

Outro meio pelo qual a âncora cambial pode auxiliar o processo de desinflação é através da redução das expectativas inflacionárias dos agentes econômicos, onde a passagem a um ambiente de equilíbrio do câmbio nominal sinalizaria a disposição do governo em combater a inflação e acomodaria as expectativas em um contexto de estabilidade de preços. Segundo SENNA (1995, p.12):

“Nenhum país dispensou a âncora cambial na luta contra a inflação, o Brasil não poderia fugir à regra. No entanto, seria até deselegante o governo admitir que um dos objetivos principais do Plano Real era valorizar a moeda”

A política cambial no Real, inicialmente, foi a de permitir a apreciação da moeda nacional com vistas a conter a inflação. Quando se introduziu o Real, o câmbio foi deixado livre, sem intervenções, exceto esporadicamente, caracterizando um regime “dirty floating”. Nesse regime a taxa de câmbio não é fixa e nem totalmente flexível.

Segundo GUERRA (1996, p.5):

“Ao adotar um câmbio flexível na partida do plano de estabilização, num contexto de juros internos elevados e, por isso mesmo, de influxo de capitais especulativos, o Real apreciou-se em torno de 15%. Reverter essa apreciação inicial torna-se difícil para uma economia que deseja extirpar a memória indexatória e para um governo que aposta fazer da queda da inflação seu principal capital político”

O cálculo feito pelo autor é simples, basta observar que no início do Real a paridade era de R\$ 1,00 por US\$ 1,00, mas que no final de setembro de 1994 chegou a R\$ 0,85 por US\$ 1,00. Isso levou o Banco Central a efetuar um fortalecimento da demanda por divisas e, já em outubro do mesmo ano, a adotar várias medidas para restringir a oferta interna de dólares, segundo relatório do próprio Banco Central sobre o ano de 1994. Ainda no mês de outubro o B.C estabeleceu, informalmente, um intervalo de variação para o câmbio (banda cambial) sem que fossem necessárias intervenções. O teto seria R\$ 0,85 por US\$ 1,00 e o piso R\$ 0,83 por US\$ 1,00 (PORTUGAL,1995, p.211).

Porém, com a crise cambial mexicana de dezembro de 1994 as reservas internacionais do Banco Central brasileiro reduziram-se de US\$ 42 bilhões, em novembro de 1994, para US\$ 32 bilhões, em abril de 1995 (COELHO, 1996, p.12).

Isso fez com que o B.C. invertesse sua política, acabando com as restrições a oferta interna de dólares e oficializando o sistema de bandas cambiais no início de março de 1995, sendo o intervalo de flutuação estabelecido entre R\$ 0,86 e R\$ 0,90 por Dólar. A banda cambial foi revista em 10 de março, passando o intervalo para R\$ 0,88 e R\$ 0,93 por Dólar, em 22 de junho, passando a um intervalo entre R\$ 0,91 e R\$ 0,99 por Dólar,

e continuou a ser revista várias vezes. Em 19 de novembro de 1997 a banda cambial oscilava no intervalo de R\$ 1,1065 a R\$ 1,1115 por Dólar (LUCA, 1997, p.b-4).

A valorização cambial no Brasil também tem o objetivo de aumentar a oferta interna de produtos através da redução das exportações e aumento de importações. O aumento da oferta reduziria a distância entre demanda e oferta, reduzindo a inflação. Além disso,

com a redução das exportações há, em consequência, menor entrada de divisas, o que facilita o enxugamento da liquidez, ajudando aos objetivos da política monetária.

O objetivo de redução de entrada de divisas, no entanto, está longe de se verificar. Devido à necessidade de reduzir consumo interno para controlar a inflação de demanda e, também, à necessidade de reduzir o nível dos investimentos e a atividade econômica, com vistas a combater o processo inflacionário, o Plano Real caracteriza-se por uma política de juros internos elevados. Isso tem levado a maciças entradas de divisas no país como capital especulativo (volátil). Assim, o superávit da conta capital tem compensado o déficit em conta corrente e, por vezes, até tem sido maior. O resultado é que, além de se criar uma situação extremamente perigosa de dependência para com os capitais especulativos (Hot Money), faz-se necessário a emissão de reais para evitar a valorização excessiva. Isso conduz ao abandono das metas de política monetária e ao aumento da emissão de títulos para enxugar a liquidez, elevando demasiadamente a dívida pública. Segundo FIGUEIRAS (1995, p.3):

“A remonetização da economia, após a queda abrupta da inflação, e a existência de uma política monetária sem grande flexibilidade e subordinada a uma política de câmbio quase fixo, implicaram na ausência de controle da expansão da base monetária, transformando a “âncora monetária” apenas num discurso governamental”

Analisando dados da CEPAL, FARIA (1996, p.20) informa que entre 1995 e 1996 o Brasil apresentou taxas reais de juros de 22,1% ao ano, contra 6,3% ao ano para o resto da América Latina. Ainda segundo aquele, o Brasil registrou déficit público de 4% do PIB e uma taxa de crescimento desse PIB de 3,2% ao ano no período 1995-96. Neste mesmo período os países asiáticos apresentaram déficit público de 1,9% do PIB e taxa

de crescimento deste último em torno de 8,3% ao ano. Para os demais países da América Latina exceto Brasil e México ocorre superávit fiscal 0,1% do PIB e crescimento anual de 3,2%. A razão investimento direto/investimento de carteira (mais voláteis) dos capitais que entraram no Brasil em 1995-96 foi de 68%. Nos países asiáticos em desenvolvimento esta razão foi de 188,5%.

3.2 ANÁLISE DA VALORIZAÇÃO CAMBIAL

Quando se fala em valorização cambial prejudicando as exportações não se refere ao conceito de câmbio nominal, e sim, ao conceito de câmbio real.

Caso a inflação de um país seja maior que a externa, o câmbio nominal tem que variar na mesma proporção da diferença para manter o câmbio real inalterado. Sendo a variação do câmbio nominal inferior à diferença, tem-se uma valorização do câmbio real, ou defasagem cambial. É a existência de defasagem cambial que determina perda de competitividade dos produtos domésticos e, conseqüentemente, desestímulo para exportação e incentivo para importação. Esta é a teoria da paridade do poder aquisitivo que, segundo SILVA (1985, p.111), consiste em processar reajustes cambiais em direção a uma taxa de câmbio relativa a um período de equilíbrio do balanço de pagamentos, de acordo com as flutuações dos preços internos e externos. Contudo, essa teoria não considera o fator produtividade, assim como não leva em conta os movimentos de capital, que podem gerar variação no valor da moeda de um país, sem que exista mudança na política monetária.

Para PEREIRA (1995b, p.25), o método mais simples para mensuração da defasagem cambial baseia-se em quatro premissas: primeiro, não se supõe nenhuma taxa de câmbio de equilíbrio estimada por meio de algum modelo de determinação de câmbio, e sim, escolhe-se um período-base que reflita um cenário macroeconômico relativamente estável e com saldo comercial considerado apropriado para o país; segundo, deve-se supor que a taxa de câmbio desse período-base seja a taxa de equilíbrio para fins do exercício; terceiro, escolhe-se um deflator para o câmbio nominal; quarto, o câmbio é

deflacionado por um índice de paridade que é a razão entre o IPA do país e o IPA da moeda estrangeira.

Percebe-se que segundo aquela autora escolhe-se o IPA como deflator. No entanto, a escolha do deflator apropriado é justamente a fonte de desentendimentos quanto à valorização cambial.

Em um relatório do Banco Mundial (MESQUITA, 1996) discute-se três metodologias para o cálculo da valorização cambial no Brasil. Usando índices de preço ao consumidor para deflacionar os preços no Brasil e índices de preço no atacado no deflacionamento dos preços americanos, o relatório mostra uma valorização de 35% para o Real, desde 1991. Usando o IPA para os mercados brasileiro e americano a valorização fica em 20%. Por fim, deflacionando os preços no Brasil e nos Estados Unidos pelo IPC chega-se a 30% de valorização.

De acordo com o relatório já citado, o método mais indicado para cálculo da valorização cambial é o que deflaciona os preços no Brasil pelo IPC e os preços americanos pelo IPA. Essa, entretanto, não é a opinião dos técnicos do Banco Central, que preferem o deflacionamento dos preços no Brasil e nos Estados Unidos pelo IPA.

No tocante à escolha do deflator, GUERRA (1996, p.5) comenta que o Plano Real recorre a abertura e estabilização do câmbio para segurar os preços dos produtos comercializáveis internacionalmente. Acontece que os IPA são fortemente influenciados pelos preços desses produtos, levando, conseqüentemente, a uma valorização pequena. Ainda segundo o autor:

“... os índices ao consumidor não podem ser desprezados. Eles afetam os salários nominais e, portanto, os custos das empresas- ainda que estes salários não estejam mais formalmente indexados”

Percebe-se do exposto até aqui que a controvérsia em torno do deflator a ser utilizado existe e provavelmente não se esgotará facilmente.

Controvérsias à parte, fica claro que a maior parte da valorização do Real ocorreu no período de julho a novembro de 1994, justamente o período de valorização acentuada da taxa de câmbio nominal, segundo PORTUGAL (1995, p.213). O autor reforça sua afirmação com a TABELA 4.

TABELA 4

TAXA DE CÂMBIO REAL NO BRASIL - jun./94 - maio/95_____

Anos e Meses	Câmbio Nominal (reais/US\$)	Câmbio Real (1)		Câmbio Real (2)	
		Índice (Jun./94=100)		Índice (Jun./94=100)	
1994					
Jun.	1,000	100,00	--	100,00	--
Jul.	0,925	74,84	-25,16	86,15	-13,85
Ago.	0,897	69,91	-6,58	82,42	-4,33
Set.	0,863	65,89	-5,75	76,64	-7,01
Out.	0,844	62,74	-4,78	72,65	-5,21
Nov.	0,840	64,40	-2,13	70,52	-2,93
Dez.	0,848	62,06	1,07	70,51	-0,01
1995					
Jan.	0,845	61,72	-0,55	70,17	-0,48
Fev.	0,839	61,33	-0,63	69,22	-1,35
Mar.	0,889	64,42	5,08	72,11	4,17
Abr.	0,907	64,57	0,23	71,82	-0,40
Maio	0,897	65,18	0,95	69,66	-3,01

FONTE: INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS (1995) Washington: EMI, V.48, maio
INTERNATIONAL STATISTICS YEARBOOK (1993) Washington EMI, V.46
BOLETIM DO BANCO DO BRASIL (1995) Brasília, V.31, abr.

(1) Calculado usando-se o índice de preços por atacado (IPA-DI) . (2) Calculado usando-se o índice de preços ao consumidor (IPC-FIPE)

Em fevereiro de 1995 a defasagem cambial, com base em julho de 94 pelo IPA-DI/FGV do Real em relação ao Dólar, foi de 22,65% (PEREIRA, 1995a, p.19).

Devido a uma desvalorização de aproximadamente 1% da taxa real de câmbio do Real em relação ao Dólar, ocorrida em abril de 95, neste mesmo mês a valorização da moeda brasileira desde o início do plano caiu a 16,5% pelo IPA-DI/FGV (MELLO, 1995, p.24).

A partir de março de 1995 as bandas cambiais, que se apresentavam relativamente imóveis desde outubro de 1994, tiveram certa flexibilização. De fevereiro a março de 1995 a taxa nominal de câmbio variou 5,7%, enquanto que a diferença do IPA-Brasil e o IPA-EUA foi de 0,9%, indicando desvalorização do Real, segundo PEREIRA (1996d, p.18). Contudo, ainda segundo a autora, em novembro de 95 ainda havia uma valorização de 9,1%, tomando julho de 94 como base e usando o IPA como deflator.

De acordo com PEREIRA (1996a, p.18) a defasagem cambial de dezembro de 95, com base em julho de 1994, foi de 7,2% de taxa efetiva (relação Real/cesta de moedas) e de 8,8% na relação Real/Dólar. Em janeiro de 96, 9% e 9,3%, respectivamente, usando-se o IPA-DI. A variação do câmbio ficou próxima da variação do IPA-DI em março de 96, deixando a taxa de câmbio praticamente sem alteração em relação a fevereiro, quando a defasagem cambial foi de 8,8%, ainda segundo PEREIRA, com base em julho de 1994.

Desde março de 1995 a defasagem cambial tendia a diminuir, até o mês de novembro. A partir de janeiro de 96, porém, esse movimento inverte-se e a defasagem começa a aumentar. Em junho de 96, com deflator IPA-DI e em relação Real/cesta de moedas, a defasagem foi de 10,5%, aproximadamente, com base em julho de 1994, de acordo com PEREIRA (1996b, p.101). Ainda segundo a autora:

“Comparando-se a média das defasagens entre o primeiro semestre de 1995 e 1996, esses valores são, respectivamente, de 13,2% e 9,8%. O maior valor em 1995 é explicado pelo comportamento da taxa de câmbio, em especial nos dois primeiros meses do ano, quando o governo ainda não havia iniciado uma política de alargamento da banda. Analisando-se, porém, o segundo trimestre de cada ano, as defasagens médias são de 8,74% (1995) e 10,41% (1996). Sob este aspecto, a situação cambial estaria pior”

Em janeiro de 1997 a defasagem na relação Real/Dólar (base julho 1994) era de 7,83%, chegando a 7,97% em março, e caindo para 6,42% em junho (PEREIRA, 1997b, p.123).

A continuidade da defasagem cambial vem gerando déficits sucessivos na balança comercial brasileira, sendo que estes apresentam-se grandes a partir do início de 1995.

3.3 IMPACTO DA VALORIZAÇÃO CAMBIAL SOBRE AS EXPORTAÇÕES

Em 1994 a balança comercial brasileira apresentou superávit de US\$ 10,4 bilhões. Em comparação com o ano anterior as exportações cresceram 12,9% e as importações passaram de US\$ 25,3 bilhões para US\$ 33,1 bilhões em 1994. Apesar do superávit na balança comercial de 94, este foi inferior aos US\$ 13,3 bilhões registrados em 1993 (BOLETIM, 1995, p.110). Essa redução pode ser explicada pela valorização do câmbio nominal a partir de julho de 94, passando de R\$ 1 por Dólar, no início do mês, para R\$ 0,94 por Dólar ao final. Com a crescente oferta líquida de divisas e a ausência de intervenção do Banco Central, o câmbio chegou a R\$ 0,829 por Dólar no dia 17 de outubro (BOLETIM, 1995, p.100). Ao final de 1994, já sob o efeito da crise cambial do México e dentro do sistema de bandas cambiais, a taxa de câmbio ficou em R\$ 0,846 por Dólar.

O crescimento expressivo das exportações em 1994 foi em grande parte determinado pelo aumento dos preços das principais commodities no mercado internacional, que representam substancial parte das exportações brasileiras.

Apesar do superávit em 1994, a partir de novembro deste mesmo ano começam a surgir déficits comerciais. No primeiro quadrimestre de 1995 acumulou-se déficit de aproximadamente US\$ 2,8 bilhões na balança comercial. As exportações, beneficiadas pelos elevados preços internacionais de diversas commodities, pela desvalorização do Dólar em relação às moedas da Europa e pela redução dos custos com matéria-prima, advindo da valorização cambial, aumentaram 4,53% no primeiro quadrimestre de 1995, em relação ao mesmo período do ano anterior (PORTUGAL, 1995, p.216). Nesta mesma comparação, as importações cresceram 93,38%.

O déficit acumulado de novembro de 1994 a junho de 1995 chegou a US\$ 5,628 bilhões, e de janeiro a junho de 1995 o déficit foi de US\$ 4,26 bilhões (FILGUEIRAS, 1995, p.4).

Com a redução do imposto inflacionário, ocorrida com a introdução do Real, a demanda interna cresceu no último quadrimestre de 1994, levando o governo a adotar medidas de contenção ao crédito. No entanto, a demanda continuou aquecida nos primeiros meses de 1995 devido, em grande medida, aos aumentos reais de salários e ao aumento dos gastos públicos. O PIB do primeiro trimestre de 1995 cresceu muito em relação ao mesmo período do ano anterior. Junto com a valorização do câmbio, esse aumento de demanda levou a balança comercial a fechar em déficit de US\$ 3,2 bilhões no ano de 1995 (BOLETIM, 1996, p.121), apesar da intensificação da restrição à demanda no segundo semestre.

GUERRA (1996, p.4) informa que o aumento das exportações brasileiras em 1995, de pouco menos de 7%, foi de longe suplantado por um aumento próximo a 50% das importações, no mesmo ano. Em 1995 as exportações da China cresceram 26%, as da Coreia 30%, as da Argentina e do México 33%, as do Chile 34%, enquanto que a média do crescimento mundial foi de 18%. Além disso, ainda segundo GUERRA, boa parte do crescimento do valor das exportações brasileiras em 1995 foi devido ao aumento de preços. Baseado em informações do Instituto de Ciências Econômicas e Gestão da Universidade Santa Úrsula ele afirma que o quantum exportado foi 4% menor em 1995.

A balança comercial nos seis primeiros meses de 1996 fechou com saldo negativo, porém, representando um melhor resultado que o mesmo período no ano anterior. Isso não significa uma reversão na tendência de déficits. Prova disto é que em outubro deste mesmo ano o déficit mensal atingiu a cifra de US\$ 1,3 bilhão (FILGUEIRAS, 1996, p.5). O déficit da balança comercial no final de 1996 foi de US\$ 5,539 bilhões (BORTOT, 1997a, p.b-1).

Todas as medidas de contenção de demanda tomadas pelo governo desde o final de 1994 (incluindo-se restrição ao crédito, redução nos prazos dos consórcios e política de juros elevados) não vêm surtindo efeito no sentido de reduzir a diferença no ritmo de crescimento das exportações e das importações. Segundo palavras de Affonso Celso

Pastore, ex-presidente do B.C, na primeira sessão do IX Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (FERRARI, 1997, p.a-4):

“O nível de atividade não está aquecido e não vejo crescerem as exportações”

O governo tem feito questão de demonstrar que os déficits em conta corrente (onde os resultados negativos da balança comercial influem bastante) são perfeitamente compensados pela conta capital. Em uma entrevista à ISTO É Gustavo Franco, diretor do B.C, afirmou que os déficits comerciais não são problema, pois estaria sobrando Dólar (FILGUEIRAS, 1996, p.6). Em palavras do próprio Franco (FILGUEIRAS, 1996, p.5):

“A balança comercial deu déficit. E daí?. É uma marola, não uma tempestade”

O nível de reservas internacionais (conceito liquidez internacional), que era de US\$ 60,11 bilhões no final de 1996, encontrava-se em US\$ 58,98 bilhões em março de 1997 (BORTOT, 1997a, p.b-1). Neste período o ingresso de capitais no país (aproximadamente US\$ 5,7 bilhões) não foi suficiente para cobrir o déficit de US\$ 6,83 bilhões em conta corrente. Só o déficit na balança comercial foi de US\$ 3,05 bilhões no período citado. É o que mostra a TABELA 5 (BORTOT, 1997a, p.b-1):

TABELA 5

BALANÇO DE PAGAMENTOS - TRANSAÇÕES CORRENTES (US\$ milhões)

Discriminação	1996*		1997*
	Jan-Dez	Jan-Mar	Jan-Mar
Balança comercial	-5.539	-452	-3.058
Exportações	47.747	10.286	10.657
Importações	53.286	10.738	13.715
Serviços (líquido)	-21.707	-3.842	-4.396
Juros	-9.840	-1.868	-1.039
Receita	2.918	617	978
Despesa	-12.758	-2.485	-2.017
Outros 1/	-11.867	-1.974	-3.357
Transferências unilaterais	2.899	864	618
Transações correntes	-24.347	-3.430	-6.836

Transações correntes/pib (%)	-3.25	--	--
1/ Inclui lucros reinvestidos.			
* Dados preliminares.			

FONTE: BANCO CENTRAL

Devido a redução de reservas verificada de janeiro a março de 1997, o Banco Central em maio, pelo menos provisoriamente, interrompeu a tendência de queda dos juros primários, que vinha desde o segundo semestre de 1996 (BORTOT, 1997b, p.b-5). A preocupação do B.C. com os déficits em conta corrente (fortemente influenciados pela balança comercial negativa) e com o seu financiamento fica evidente a partir desse momento.

De janeiro a setembro de 1997, a balança comercial acumulou déficit de US\$ 6,2 bilhões, que é um valor bem superior ao US\$ 1,606 bilhão registrado no mesmo período de 1996, de acordo com VERÍSSIMO (1997, p.a-5). Só em setembro de 1997, ainda segundo aquela, o déficit foi de US\$ 1,283 bilhão, contra US\$ 655 milhões de setembro do ano anterior.

A grande meta do Plano Real passa a ser a redução dos déficits em conta corrente, principalmente após a crise das bolsas de valores que começou no sudeste asiático no final de outubro de 1997 e se espalhou por todo mundo, afetando com mais intensidade os chamados países “emergentes” como o Brasil.

A referida crise das bolsas de valores asiáticas reduziu a riqueza mundial em cerca de US\$ 1,7 trilhão, de um total de dinheiro aplicado em ações no mundo que somava US\$ 11 trilhões quando a crise começou, segundo Stefano Natella, estrategista do Crédit Suisse First Boston para a América Latina (BITTENCOURT, 1997, p.b-1).

Tal perda no mercado acionário mundial afetou a atratividade internacional para investimentos em países emergentes. Isso fez com que surgissem saídas líquidas de dólares do Brasil, reduzindo as reservas do Banco Central de US\$ 61,9 bilhões, no final

de setembro, para US\$ 53 bilhões, em fins de novembro, no conceito liquidez internacional (DANTAS, 1997b, p.b-1).

Essa redução das reservas levou o governo brasileiro a editar várias medidas, já no dia 10 de novembro de 1997, que em última análise visavam o controle dos déficits em conta

corrente, visto que seu financiamento através da conta capital apresenta-se ameaçado com a crise.

Entre as medidas inclui-se corte nas despesas de custeio e de investimento previstas para 1998, aumento do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e aumento do imposto de renda para pessoa física. O governo visava com as medidas gerar uma economia de R\$ 20 bilhões (2,5% do PIB) para as contas da União (LAVORATTI, 1997, p.a-4).

Segundo o diretor de mercados emergentes da Goldman Sachs em Nova York, Paulo Leme, um corte no déficit fiscal reduziria a demanda do setor público e o aumento dos impostos reduziria a demanda do setor privado, levando a uma contração da massa salarial e, conseqüentemente, à recessão (DANTAS, 1997c, p.a-4). Ainda segundo Leme, o déficit em conta corrente é contabilmente o mesmo que a diferença entre o investimento bruto do país e a poupança doméstica. Portanto, a redução dos investimentos públicos e privados, assim como a diminuição do consumo, traduz-se em redução do déficit em conta corrente. Neste caso, quanto maior a recessão e a redução da renda nacional, maior será a diminuição dos déficits em conta corrente, já que renda menor implica em menos importações e a geração de excedente exportável.

Em realidade a contração da renda nacional seria uma forma de evitar a desvalorização do Real, porque com uma redução da atividade econômica os preços internos seriam reduzidos forçosamente, ficando menores em relação aos preços externos, em Dólar. As exportações tenderiam a aumentar e as importações seriam desestimuladas. As contas externas melhorariam, reduzindo o déficit em conta corrente.

Desta forma, obter-se-ia os mesmos efeitos que uma desvalorização, para o Balanço de Pagamentos. Essa recessão forçada evita confusão na economia e perda de credibilidade, principalmente internacional, em relação ao plano, que uma desvalorização causaria. No entanto, as perdas apresentam-se em forma de elevação no desemprego, com queda na renda disponível para consumo e, conseqüentemente, piora no nível de vida da maioria da população.

4 O CÂMBIO E A PETROQUÍMICA BAIANA NO PÓS-REAL

4.1 PETROQUÍMICA NACIONAL E O MERCADO INTERNACIONAL DE PETROQUÍMICOS

A petroquímica nacional, como foi mostrado no Capítulo 2, não produz com baixos custos, se comparada com a petroquímica mundial, devido à falta de escala de produção e à falta de matéria-prima abundante e barata. Com relação à matéria-prima, a estimativa de consumo nacional de nafta para o ano 2000 é de cerca de 9,5 milhões de toneladas, enquanto que para o mercado internacional a expectativa é de déficit na oferta para o ano 2000 (A COMPETITIVIDADE, 1997, p.25). Isso prejudicaria ainda mais a petroquímica nacional, já que o percentual de nafta importada usada no Brasil tende a aumentar. Em 1995, 38% da demanda local por nafta foi atendida por importações (A COMPETITIVIDADE, 1997, p.25).

Foi visto no Capítulo 2 que a partir do governo Collor procurou-se nivelar o preço interno da nafta com o preço internacional. Isso culminou na aprovação da Exposição de Motivos nº 400 do Ministério da Fazenda, em 14.01.94 (A COMPETITIVIDADE, 1997, p.25). Já que esta exposição de motivos assegura um relacionamento entre o preço interno da nafta e o preço da nafta importada, é fácil concluir que o contínuo aumento de importação dessa matéria-prima tende a encarecer a nafta nacional.

A mais expressiva vantagem com que conta a petroquímica nacional é o seu enorme mercado interno, o qual consome anualmente por volta de 100 milhões de toneladas, situando o Brasil entre a oitava e nona economia mundial no setor petroquímico (SIGWALT, 1997, p.69). Além disso, conta com o mercado do Mercosul, possibilitando o aumento de produção exportável e do próprio comércio. Isso proporciona, conseqüentemente, maiores ganhos de escala para a petroquímica nacional. De 1991 a 1996 as exportações brasileiras de petroquímicos para o Mercosul passaram de US\$ 463 milhões para US\$ 1,39 bilhão, enquanto que as importações passaram de US\$ 260 milhões para US\$ 602 milhões (SIGWALT, 1997, p.68).

Em 1996 o setor petroquímico nacional exportou US\$ 3 bilhões e importou US\$ 8 bilhões (SIGWALT, 1997, p.69). As exportações do setor não têm acompanhado o ritmo das importações, criando sucessivos déficits na balança comercial brasileira de produtos químicos. É o que mostra o GRÁFICO 1 (SIGWALT, 1997, p.69).